

Parecer nº 86/97

Data: 1997.09.02

Processo nº 249

Requerente: Director Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, Ministério da Agricultura.

I - Os Factos:

1. O requerente, por carta de 18.3.96, invocando concorrência desleal e desigualdade de tratamento pelos serviços, solicitou ao Delegado Florestal de Trás-os-Montes do IF o acesso para consulta a todos os processos inseridos no âmbito do Programa de Acção Florestal (I e II Fases), quer públicos quer privados e os relacionados com o Programa do Reg. 2080/92, o que foi recusado por ofício de 21.3.96 com fundamento em falta de especificação (ou abrangência de todos os processos) e de comprovação de interesse legítimo.
2. E, em 15 de Julho de 1997, voltou a solicitar os referidos documentos, o que mereceu este pedido de parecer à CADA por parte da Administração Pública.

II - O Direito:

1. O livre acesso a documentos administrativos é a regra face à Lei nº 65/93, de 26 de Agosto - LADA, inexistindo dados nominativos, com o sentido definido na própria lei, o que não consta do processo nem se vislumbra, sendo mesmo este domínio da Administração, enquanto entidade incentivadora da actividade económica, um dos que mais justificam a existência da nova legislação.

Parecer:

A CADA é de parecer que a entidade requerente deve dar acesso aos processos em causa.

Lisboa, 2 de Setembro de 1997.

Fernando Condesso (Relator) – José Magalhães – João Figueiredo – Hélio Corvelo de Freitas – José Renato Gonçalves – Branca do Amaral – João Labescat – (Tem voto de conformidade do vogal Dr. Mário Rui Marques de Carvalho que não assina por já não se encontrar presente) – Armindo José Girão Cardoso (Presidente)